

O Prefeito do Município de Araucária, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a prerrogativa de alterar a bem do interesse público os atos administrativos de sua discricionariedade e mediante as demais condições estipuladas no Edital nº 300/2024, **TORNA PÚBLICO** o que segue.

Art.1º Fica **RETIFICADO** o edital de abertura do Concurso Público em comento, no tocante ao conteúdo programático de **DIREITO ADMINISTRATIVO** destinado ao cargo de Procurador do Município, passando a vigorar as seguintes disposições:

ITENS ORIGINÁRIOS	ITENS RETIFICADOS
ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Direito Administrativo: Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público. Poderes da administração (hierárquico, disciplinar e regulamentar). Poder de polícia; liberdades públicas. Limites, extensão e controle. Distinções. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/1988 quanto aos limites do poder regulamentar. Administração Pública direta e indireta. Agências Reguladoras. Controle da Administração Pública (Controle interno e controle externo). Ato administrativo: tipos de atos administrativos, elementos, pressupostos, atributos e a classificação dos atos administrativos, bem como conhecimentos sobre anulação e revogação de atos administrativos. Bens públicos. Processo Administrativo. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação; permissão e autorização destas atividades, bem como direitos dos usuários de serviços públicos. Concessão e autorização dos serviços públicos. Convênios e consórcios administrativos. Parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004). Organização do serviço público. Agentes públicos. Responsabilidades dos agentes públicos: civil, administrativa e criminal. Processo administrativo disciplinar. Lei Federal nº 9.784/1999 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal). Regime previdenciário do servidor público. Concurso público. Licitações e contratos na administração pública. Licitações, contratos administrativos e convênios. Fundamento Constitucional. Conceito e modalidades. Sistema de Registro de Preços. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexistência. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão. Contratos administrativos: conceito, características e regime jurídico. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Penalidades administrativas. Instrumentos auxiliares das contratações públicas. Regime diferenciado de contratação – RDC. Contratos de repasse. Convênios, acordos de cooperação técnica, protocolo de intenções e termo de execução descentralizada. Contratos de direito privado da Administração Pública. Lei nº 10.520/2002, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 12.462/2011, Lei Complementar nº 182/2021, Lei nº 10.973/2004. Crimes da Lei de Licitações. Lei nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias). Lei nº 13.019/2014 (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil). Desconcentração e descentralização administrativas. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilização administrativa e jurisdicional. Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021 (Improbidade administrativa). Intervenção do Estado no domínio econômico; ordem econômica; regulação estatal; repressão de abuso de poder econômico; atividade de fomento; intervenção do Estado na propriedade privada. Requisição de bens particulares pela administração pública; limitações administrativas; tombamento de bens; servidão administrativa; desapropriação. Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).</p>	<p>Direito Administrativo: Princípios constitucionais e infraconstitucionais do Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública: conceito, estrutura, poderes e deveres do administrador público. Poderes da administração (hierárquico, disciplinar e regulamentar). Poder de polícia; liberdades públicas. Limites, extensão e controle. Distinções. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Poder Regulamentar. Regulamentos administrativos de execução e autônomos. O poder normativo não legislativo e o princípio da legalidade. Regulamentação e regulação. Análise do art. 84 da CF/1988 quanto aos limites do poder regulamentar. Administração Pública direta e indireta. Agências Reguladoras. Controle da Administração Pública (Controle interno e controle externo). Ato administrativo: tipos de atos administrativos, elementos, pressupostos, atributos e a classificação dos atos administrativos, bem como conhecimentos sobre anulação e revogação de atos administrativos. Bens públicos. Processo Administrativo. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação; permissão e autorização destas atividades, bem como direitos dos usuários de serviços públicos. Concessão e autorização dos serviços públicos. Convênios e consórcios administrativos. Parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004). Organização do serviço público. Agentes públicos. Responsabilidades dos agentes públicos: civil, administrativa e criminal. Processo administrativo disciplinar. Lei Federal nº 9.784/1999 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal). Regime previdenciário do servidor público. Concurso público. Licitações e contratos na administração pública. Licitações, contratos administrativos e convênios. Fundamento Constitucional. Conceito e modalidades. Sistema de Registro de Preços. O regime de licitações e alterações. Dispensa e inexistência. Revogação e anulação, hipóteses e efeitos. Pregão. Contratos administrativos: conceito, características e regime jurídico. Invalidação. Principais espécies de contratos administrativos. Inexecução e rescisão dos contratos administrativos. Penalidades administrativas. Instrumentos auxiliares das contratações públicas. Regime diferenciado de contratação –RDC. Contratos de repasse. Convênios, acordos de cooperação técnica, protocolo de intenções e termo de execução descentralizada. Contratos de direito privado da Administração Pública. Lei nº 10.520/2002, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 12.462/2011, Lei Complementar nº 182/2021, Lei nº 10.973/2004. Crimes da Lei de Licitações. Lei nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias). Lei nº 13.019/2014 e suas alterações (Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil). Desconcentração e descentralização administrativas. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilização administrativa e jurisdicional. Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021 (Improbidade administrativa). Intervenção do Estado no domínio econômico; ordem econômica; regulação estatal; repressão de abuso de poder econômico; atividade de fomento; intervenção do Estado na propriedade privada. Requisição de bens particulares pela administração pública; limitações administrativas; tombamento de bens; servidão administrativa; desapropriação. Lei de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011).</p>

Art.2º O Edital de abertura será consolidado de forma a contemplar as alterações relacionadas nesta retificação.

Art.3º Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Araucária (PR), 27 de novembro de 2024

Hissam Hussein Dehaini
Prefeito

Francisco da Cunha e Silva Neto
Presidente de Comissão Organizadora